

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026

MUNICÍPIO DE LAGOA DE DENTRO

(Cota Exclusiva para empresas enquadradas como ME, EPP, MEI, conforme Lei complementar n. 123/2006 e alterações).

O MUNICÍPIO DE LAGOA DE DENTRO, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **PREGÃO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007 E DECRETO MUNICIPAL N.º 099/2022, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

ÓRGÃOS INTERESSADOS:	INFRAESTRUTURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DEMAIS SECRETARIAS
DATA E HORA DE INICIO DAS PROPOSTAS:	09H:00M DO DIA 05/03/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	23H:59M DO DIA 12/03/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	09H:00M DO DIA 17/03/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	09H:01M DO DIA 17/03/2026 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO.
IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS	Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **Aquisição parcelada de materiais de construção destinados à manutenção dos prédios, logradouros e passeios públicos Municipais**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **LOTES**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global do LOTE**, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.1002.2002 Operacionalização do Serviço de Repres. Oficial –
02.020 SECRETARIA DE ADMINISTRCAO – 04.122.0021.2004 Operacionalização dos Serv. Adm. Gerais –
02.030 SECRETARIA DE FINANÇAS – 04.123.1004.2007 Manut das Ativ. da Secretaria de Finanças – 02.040
SECRETARIA DE EDUCACAO – 12.361.0403.2011 Manut das Ativ. do Ensino Fundamental; 12.361.0403.2013
Manutenção do FUNDEB 30%; 12.361.0403.2014 Transf. Salário Educação; 12.361.0403.2059 Manutenção
das ações de Fomento a Escola em Tempo Integral; 12.365.5000.5002 Manutenção das atividades do ensino
infantil – 02.060 SEC DE INFRA-ESTRUTURA, SERVTCO URB E RURAL – 04.122.0021.2018 Manut das
Atividades de Obras e Urbanismo – 02.080 SECRETARIA DE AGRICULTURA – 20.122 0021.2020 Coord. e
Manut das Ativ. da Secretaria de Agricultura – 02.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL –
08.122.0125.2044 Man Fundo Municipal de Assist. Social – 08.244.0125.2047 – Manut de Outros Programas
FNAS – 02.120 SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 08.243.0122.2045 Conselho
Tutelar – 02.100 FUNDO MUNICIPAL SAUDE DE LAGOA DE DENTRO – 10.301.0083.2031 – Manut do Fundo
Munic. de Saúde – 10 301 0083 2032 Mant. das Ativ. de Saúde - SUS/PAB.– 3.3.90.99 – Materiais de
Consumo.

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Pregão é o nível básico do registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 099/2022.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. A pessoa jurídica reunida em consórcio, grupos ou associações de empresas, haja vista que o objeto possui baixa complexidade, cujos valores também não são elevados, conforme Acórdãos TCU nº 1.405/2006, 1.453/2009, - Plenário e nº1.102/2009.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

5.2. O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.5. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.6. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregão e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (CEM REAIS)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20(vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com a pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa da pregoeira aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.29.2. empresas brasileiras;

7.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (DUAS)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) horas** a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

8.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

8.1.2 Informar a marca do produto.

8.1.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.3 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

9. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

9.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.3.1 No caso de bens e serviços em geral, será considerado indício de inexequibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.3.2O agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada, da seguinte forma:

- a) que o custo do licitante não ultrapassa o valor da proposta;
- b) Apresentar custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.3.3A demonstração dos custos de oportunidade, se dará através da apresentação de plano de negócio ou documento congênere, no qual demonstre a racionalidade econômica do valor proposto. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

9.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

9.7 A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **01 (uma) hora**, sob pena de não aceitação da proposta.

9.7.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.

9.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

9.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.9 Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.10 A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.11 Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.12 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.13 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.14 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO E SUA FORMA DE APRESENTAÇÃO

10.1 COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, A PREGOEIRA VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE

SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

10.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

10.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.4.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.4.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.5 Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.6 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2 Caso atendida as condições prévias de participação e habilitação do licitante, o agente de contratação solicitará por meio eletrônico (Portal de Compras Públicas), em formato digital (PDF), no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação a apresentação do SICAF nos documentos por ele abrangidos (Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022) e/ou os documentos de habilitação listadas nos itens 10.7 a 10.11 apenas do licitante classificado em primeiro lugar.

10.2.1 É dever do licitante manter a documentação de habilitação atualizada para o devido encaminhamento da respectiva documentação quando solicitada pela pregoeira.

10.2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **01(uma) hora** sob pena de inabilitação.

10.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.7.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.7.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.7.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.7.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.7.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.8 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

10.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.8.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.8.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.8.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

10.8.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.8.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.8.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.9 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

10.9.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

10.9.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.10.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em especial:

10.10.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Fornecimento de materiais de construção;

10.10.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.10.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.11 DEMAIS COMPROVAÇÕES

10.11.1 Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando nos moldes dos **anexos III, IV, V, VII e VIII do presente edital.**

10.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.17 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 DOS RECURSOS.

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2 O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1 Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicou e homologou a licitação.

14 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias **úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no termo de referência, anexo a este Edital.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - d.1 Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte cinco) dias;
 - d.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - d.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 20.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
 - d.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 20.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.
 - d.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 20.1, a multa será de 1,5% a 3% do valor do Contrato.

d.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 20.1, a multa será de 0,05% a 2% do valor do Contrato.

d.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 20.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato, ressalvada a situação prevista no item 20.2 “a”.

20.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

20.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

20.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

20.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

20.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

20.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

20.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

21.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2 **AIMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

21.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.5.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

21.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.7 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.8 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12 A Prefeitura de Lagoa de Dentro, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

22.12.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14 23.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço sítio da Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro-PB <https://transparencia.elmartecnologia.com.br/Licitacao/Index/Contratos?e=201102> ou setor de licitação localizado na Rua Alfredo Chaves, S/N, Centro – CEP: 58.250-000 - Lagoa de Dentro – Pb. no horário de

expediente de 08:00 as 12:00 Horas, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

22.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO.

Lagoa de Dentro/Pb19 de fevereiro de 2026.

ANNY BEATRIZ DA SILVA
- MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO-

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Aquisição parcelada de materiais de construção destinados à manutenção dos prédios, logradouros e passeios públicos Municipais, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Os lotes I, IV, VI, IX e XI serão de participação exclusiva para empresas enquadradas como ME, EPP, MEI, conforme Lei complementar n. 123/2006 e alterações

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTE	PR. UNIT		PR. TOTAL	
Lote I - EPls							
1	ABAFADOR DE RUIDOS TIPO CONCHA, ALTURA DAS CONCHAS REGULÁVEIS, HASTE EM AÇO MOLA INOXIDÁVEL LARGA ACOLCHOADA, ALMOFADAS EXTERNAS E SUBSTITUÍVEIS ALTO DESEMPENHO, COM HASTE EM AÇO, MOLA INOXIDÁVEL.	UND	20	R\$	17,75	R\$	355,07
2	BOTA DE COURO CANO CURTO, SOLADO DE BORRACHA, SEM CADARSO TAMANHOS VARIADOS	UND	156	R\$	48,29	R\$	7.533,24
3	CAPACETE DE PROTEÇÃO especificar o material	UND	10	R\$	15,29	R\$	152,90
4	LUVA LATEX	UND	80	R\$	7,57	R\$	605,87
5	LUVA PIGMENTADA	UM	80	R\$	4,46	R\$	356,53
6	LUVA PIGMENTADA PRETA	UND	80	R\$	4,46	R\$	356,53
7	LUVA PVC C/FORRO PAR 35C	UND	80	R\$	20,60	R\$	1.647,73
8	MASCARA RESP. C/ VALV. AZUL	UND	50	R\$	4,40	R\$	219,83
9	MASCARA RESP.PRO.S/VALV. AZUL	UND	20	R\$	3,41	R\$	68,27
10	OCULOS DE PROTETOR INCOLOR	UND	10	R\$	7,78	R\$	77,77
Lote II - Pintura e acabamento							
11	AGUA RAZ GL embalagem de 900 ml	UND	120	R\$	19,25	R\$	2.310,00
12	AGUA RAZ LT. Embalagem de 5 Litros	UND	50	R\$	91,03	R\$	4.551,50
13	REVESTIMENTO IMPERMEABILIZANTE ACONDICIONADO EM BALDE 18 L	UND	45	R\$	295,50	R\$	13.297,50
14	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE BALDE 18 L	UND	40	R\$	413,63	R\$	16.545,33
15	BANDEIJA PLÁSTICA DE PINTURA MEDINDO 23 CM	UND	40	R\$	17,33	R\$	693,07
16	BROXA ESCOVA Nº 3	UND	150	R\$	6,56	R\$	984,00
17	BROXA RETANGULAR 18x8	UND	150	R\$	8,91	R\$	1.337,00
18	CAL PARA PAREDE / CIAÇÃO 10KG	UND	200	R\$	20,93	R\$	4.186,00
19	COLA BRANCA 1KG.	UND	80	R\$	16,50	R\$	1.319,73
20	COLA BRANCA 500G.	UND	60	R\$	10,62	R\$	637,20
21	COLA BRANCA 5KG	UM	60	R\$	50,62	R\$	3.037,00
22	COLA CONTATO 900GM	UND	85	R\$	33,23	R\$	2.824,55
23	CORANTE LIQUIDO 50ML	UND	100	R\$	4,60	R\$	459,67
24	FITA CREPE BRANCA 16MMX50MT.	UND	200	R\$	5,71	R\$	1.142,00
25	FUNDO PARA GALVANIZADO 1LT	UND	11	R\$	25,70	R\$	282,66
26	FUNDO PARA GALVANIZADO 3,6 LT	UND	11	R\$	70,56	R\$	776,20

27	LACA SELADORA 3,6L	UND	105	R\$	133,20	R\$	13.986,00
28	LIXA D'AGUA	UND	50	R\$	3,00	R\$	149,83
29	PICHE 900ML	UND	20	R\$	24,50	R\$	489,93
30	MASSA CALAFETAR 350G	UND	30	R\$	15,53	R\$	465,80
31	MASSA ACRILICA 27KG	UND	150	R\$	66,10	R\$	9.914,50
32	MASSA ACRILICA GL 3,6 KG 5,4	UND	150	R\$	25,79	R\$	3.869,00
33	MASSA CORRIDA 27KG	UND	150	R\$	38,10	R\$	5.714,50
34	MASSA CORRIDA GL	UND	150	R\$	17,70	R\$	2.654,50
35	MASSA PLASTICA CZ. 1 KG.	UND	20	R\$	21,62	R\$	432,33
36	MASSA RAPIDA CINZA 1/4	UND	20	R\$	35,03	R\$	700,60
37	ROLO DE LÃ ECONOMICO 23CM	UND	40	R\$	17,73	R\$	709,07
38	ROLO ESPUMA CINZA 09CM.	UND	20	R\$	5,85	R\$	117,07
39	ROLO ESPUMA CINZA 15CM.	UND	20	R\$	13,58	R\$	271,60
40	ROLO ESPUMA CINZA 23CM.	UND	20	R\$	17,66	R\$	353,13
41	ROLO LA CARNEIROMISTA 23CM.	UND	20	R\$	18,97	R\$	379,33
42	SILICONE ACETICO TRANSPARENTE 280ML	UND	56	R\$	16,32	R\$	913,92
43	THINNER GL	UND	175	R\$	80,60	R\$	14.105,00
44	THINNER LT.	UND	375	R\$	14,90	R\$	5.586,25
45	TINTA ESMALTE LT	UND	75	R\$	33,93	R\$	2.544,75
46	TINTA ESMELTE 3,6 LT	UND	75	R\$	103,93	R\$	7.794,75
47	TINTA LATEX EXTERNA BALDE 18LT	UND	150	R\$	141,80	R\$	21.269,50
48	TINTA LATEX EXTERNA GL	UND	150	R\$	38,26	R\$	5.739,50
49	TINTA LATEX 3,6 INTERNA	UND	50	R\$	25,92	R\$	1.295,83
50	TINTA LATEX INTERNA 18LT	UND	150	R\$	80,49	R\$	12.074,00
51	TRINCHA 3/4	UND	10	R\$	2,30	R\$	22,97
52	TRINCHA 1	UND	130	R\$	3,39	R\$	440,27
53	TRINCHA 1.1/2	UND	130	R\$	4,24	R\$	551,20
54	TRINCHA 1/2	UND	130	R\$	4,23	R\$	549,47
55	TRINCHA 2	UND	130	R\$	4,63	R\$	601,90
56	TRINCHA 2. 1/2	UND	130	R\$	6,88	R\$	894,40
57	TRINCHA 3	UND	130	R\$	7,43	R\$	966,33
58	TRINCHA 3,1/2	UND	130	R\$	8,96	R\$	1.165,23
59	TRINCHA 4	UND	130	R\$	10,60	R\$	1.377,57
60	VADAPREN BRANCO BALDE. 18LT	UND	25	R\$	310,97	R\$	7.774,17
61	VEDA CALHA 285G.	UND	31	R\$	16,58	R\$	513,98
62	TINTA PARA PINTURA IMPERMEÁVEL PLÁSTICA PRETO BALDE 18 LT	UND	15	R\$	82,46	R\$	1.236,90
63	VERNIZ 0,9 L	UND	45	R\$	39,84	R\$	1.792,95
64	VERNIZ EXTRA RAP 3,6 L	UND	45	R\$	123,72	R\$	5.567,25
65	XADREZ 250 GR	UND	40	R\$	11,31	R\$	452,27
Lote III - Cimento e Argamassa							
66	ARGAMASSA AC I 15 KG	SAC	500	R\$	9,98	R\$	4.990,00
67	ARGAMASSA ACII 15KG	SAC	500	R\$	14,10	R\$	7.050,00
68	CIMENTO CP II	SAC	5000	R\$	39,06	R\$	195.300,00
69	CAL HIDRATADA 10KG	SAC	170	R\$	25,86	R\$	4.396,20
Lote IV - Elétrica e Iluminação							
70	CAIXA LUZ TRIF. ENERGISA POLIC	UND	5	R\$	115,95	R\$	579,73
71	CAIXA PLASTICA TETO C/ SU 30CM. P/ LAJ	UND	3	R\$	8,61	R\$	25,83
72	CAIXA PLASTICA 4X4 AMARELA	UND	3	R\$	2,83	R\$	8,49

73	CURVA 90 ELETRO. ROSCA 3/4 CURTA	UND	30	R\$	2,83	R\$	84,90
74	CURVA 90 ELETRODUTO ROSC. 1.1/2 LONGA	UND	30	R\$	4,83	R\$	144,90
75	FITA AUTOFUSAO 19MMX10MT	UND	56	R\$	25,43	R\$	1.424,08
76	HASTER DE ATERRAMENTO 3/8X2,00MT.	UND	10	R\$	16,89	R\$	168,90
77	LUVA ELETRO. ROSC. 1	UND	80	R\$	2,51	R\$	200,80
78	LUVA ELETRODUTO ROSC. 1.1/2	UND	80	R\$	6,37	R\$	509,60
79	TUBO ELETRODUTO ROSC. 1 C/3MT	UND	115	R\$	20,61	R\$	2.370,15
80	TUBO ELETRODUTO ROSC. 3/4 C/ 3M.	UND	115	R\$	11,75	R\$	1.350,87
81	TUBO ELETRODUTO ROSCA 1.1.4 C/ 3M	UND	180	R\$	30,56	R\$	5.501,40
82	TUBO ELETRODUTO ROSCA 1.1/2PL C/ 3M	UND	145	R\$	32,55	R\$	4.719,27
83	TUBO ELETRODUTO ROSCA 2 PLC/3MT	UND	145	R\$	38,62	R\$	5.599,42
Lote V - Hidráulica e Saneamento							
84	ADAP. C/ FLAGE ANEL FABRICADO EM PVC 60X2	UND	30	R\$	34,36	R\$	34,00
85	ADAP. CURTO C/ BOLSA E ROSCA FABRICADO EM PVC 25X3/4	UND	30	R\$	4,91	R\$	6,15
86	ADAP. CURTO C/ BOLSA E ROSCA FABRICADO EM PVC 32X1	UND	30	R\$	5,83	R\$	6,75
87	ADAP. CURTO C/ BOLSA E ROSCA FABRICADO EM PVC 50X1.1/2	UND	30	R\$	7,28	R\$	8,20
88	ADAP. FLANGER LR C/ BORRACHA FABRICADO EM PVC 40X1/4	UND	30	R\$	17,76	R\$	18,00
89	ADAP.SOLD CURTO C/ BOLSA E ROSCA FABRICADO EM PVC 20X1/2	UND	50	R\$	9,13	R\$	10,20
90	ADAPTADOR FRANGE C/ ANEL FABRICADO EM PVC 25X3/4	UND	50	R\$	8,87	R\$	8,75
91	ADESIVO PVC PLASTICO 850G	UND	40	R\$	34,30	R\$	33,80
92	BOIA P/ CX. DAGUA ACOPLADA	UND	20	R\$	7,53	R\$	8,10
93	BOMBA D'AGUA SUBMERSA DE 4" E 1 CV DE POTÊNCIA	UND	5	R\$	344,23	R\$	335,50
94	BOMBA D'AGUA SUBMERSA DE 4" E 1/2 CV DE POTÊNCIA	UND	5	R\$	156,40	R\$	151,00
95	BUCHA DE RED. CURTA 25X20	UND	140	R\$	3,05	R\$	3,05
96	BUCHA DE RED. CURTA 50X40	UND	140	R\$	4,80	R\$	5,60
97	BUCHA DE RED. LONGA 50X25	UND	140	R\$	5,29	R\$	6,85
98	CAIXA D'A C/ TAMPAS 5.000 LT EM POLIETILENO	UND	8	R\$	2.781,00	R\$	2.694,00
99	CAIXA D'AGUA C/ TAMPAS 500LT EM POLIETILENO	UND	20	R\$	258,35	R\$	252,15
100	CAIXA D'AGUA C/ TAMPAS 1000LT. EM POLIETILENO	UND	15	R\$	403,07	R\$	392,30
101	CAIXA D'AGUA C/ TAMPAS 1500LT EM POLIETILENO	UM	10	R\$	903,50	R\$	901,50
102	CAIXA D'AGUA C/ TAMPAS 2000LT EM POLIETILENO	UM	10	R\$	994,30	R\$	993,00
103	CAIXA D'AGUA C/ TAMPAS 3.000 LT EM POLIETILENO	UND	10	R\$	1.575,50	R\$	1.574,00
104	CAIXA D'AGUA C/ TAMPAS 10.000 LT EM POLIETILENO	UND	2	R\$	5.393,33	R\$	5.393,50
105	CAIXA DE GORDURA C/ TAMPAS 250X75 QUAD. FABRICADO EM PVC rígido (policloreto de vinila)	UND	3	R\$	68,67	R\$	78,20

106	CAIXA DE GORDURA QUAD. BCA. 250X172X50MM PVC rígido (policloreto de vinila)	UND	3	R\$ 111,92	R\$ 110,00
107	CAIXA DESCARGA PLÁSTICA DE PAREDE 6 LITROS	UND	50	R\$ 31,92	R\$ 33,40
108	CAIXA P\HIDROMETRO TAF PADRÃO CAGEPA	UND	3	R\$ 57,15	R\$ 56,15
109	CAIXA SINF. 15 RED 150X150X50	UND	15	R\$ 89,13	R\$ 87,00
110	CAP ESGOTO 100MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	150	R\$ 4,65	R\$ 5,35
111	CAP ESGOTO 40MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	170	R\$ 2,53	R\$ 3,40
112	CAP ESGOTO 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	170	R\$ 3,70	R\$ 4,65
113	CAP ESGOTO 75MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	170	R\$ 4,70	R\$ 5,50
114	CAP SOLD. 60MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	170	R\$ 8,35	R\$ 8,99
115	CAP SOLD. 20MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	275	R\$ 1,53	R\$ 2,35
116	CAP SOLD. 25MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	240	R\$ 2,12	R\$ 508,00
117	CAP SOLD. 32MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	240	R\$ 2,45	R\$ 587,20
118	CAP SOLD. 40MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	140	R\$ 3,23	R\$ 452,67
119	CAP SOLD. 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	140	R\$ 4,50	R\$ 629,53
120	COLAR DE TOMADA 50MMX1.2	UND	35	R\$ 16,26	R\$ 568,98
121	COLAR TOMADA PBA 50MMX3/4	UND	35	R\$ 17,85	R\$ 624,75
122	CURVA 90 ESG. CURTA 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	50	R\$ 4,15	R\$ 207,50
123	CURVA 90 SOLD. 20MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	30	R\$ 3,29	R\$ 98,80
124	CURVA 90 SOLD. 25MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	50	R\$ 3,95	R\$ 197,67
125	CURVA 90 SOLD. 32MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	50	R\$ 5,08	R\$ 254,00
126	CHUVEIRO PLASTICO N4 BRANCO	UND	15	R\$ 10,06	R\$ 150,95
127	DUCHA HIGIENICA EM PVC BRANCA	UND	3	R\$ 31,60	R\$ 94,79
128	ENGATE FLEXIVEL 30CM.	UND	30	R\$ 6,63	R\$ 198,80
129	ENGATE FLEXIVEL 50CM	UND	30	R\$ 6,99	R\$ 209,60
130	ENGATE FLEXIVEL 60CM.	UND	30	R\$ 7,49	R\$ 224,80
131	ENGATE PLASTICO 1M	UND	20	R\$ 10,26	R\$ 205,27
132	GRELHA REDONDA INOX 10CM. HIGIBAN	UND	5	R\$ 14,08	R\$ 70,38
133	JOELHO 25X3/4 AZUL	UND	100	R\$ 5,22	R\$ 522,33
134	JOELHO 45 ESGOTO 100MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$ 6,31	R\$ 631,33
135	JOELHO 45 ESGOTO 150MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$ 32,36	R\$ 3.236,33
136	JOELHO 45 ESGOTO 40MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$ 2,10	R\$ 209,67
137	JOELHO 45 ESGOTO 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$ 3,12	R\$ 312,33
138	JOELHO 45 ESGOTO 75MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$ 6,14	R\$ 614,33
139	JOELHO 45 SOLD. 20MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$ 1,30	R\$ 130,00
140	JOELHO 45 SOLD. 32MM. FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$ 2,20	R\$ 219,67

141	JOELHO 45 SOLD. 50MM. FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	4,86	R\$	486,33
142	JOELHO 45 SOLD.25MM. FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	1,83	R\$	183,00
143	JOELHO 90 ESG. 40 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	2,03	R\$	203,00
144	JOELHO 90 ESGOTO 100MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	6,16	R\$	616,33
145	JOELHO 90 ESGOTO 150MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	50	R\$	27,99	R\$	1.399,67
146	JOELHO 90 ESGOTO 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	3,17	R\$	317,33
147	JOELHO 90 ESGOTO 75MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	5,59	R\$	559,00
148	JOELHO 90 LR 25X1/2 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	2,18	R\$	218,33
149	JOELHO 90 LR. C/ ROSCA 20X1/2 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	2,10	R\$	210,00
150	JOELHO 90 SOLD E ROSCA 25X3.4 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	2,18	R\$	218,33
151	JOELHO 90 SOLD. 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	50	R\$	4,76	R\$	237,83
152	JOELHO SOLD. 25MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	2,09	R\$	209,33
153	JOELHO SOLD. 90 DE 20MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	1,34	R\$	134,33
154	JOELHO SOLD. BUCHA LATAO 20X1/2 AZUL	UND	100	R\$	4,80	R\$	479,67
155	JOELHO SOLD. BUCHA LATÃO 25X1/2 AZUL	UND	100	R\$	5,09	R\$	509,33
156	JUNÇÃO 45 ESG. 100X50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	20	R\$	10,45	R\$	209,00
157	JUNÇÃO 45 ESG. 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	20	R\$	4,90	R\$	97,93
158	LUVA DE RED. SOLDAVEL 25X20 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	2,23	R\$	223,33
159	LUVA DE CORRER 20MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	9,56	R\$	765,07
160	LUVA DE CORRER 25MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	10,52	R\$	841,33
161	LUVA ESGOTO 100MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	4,53	R\$	362,40
162	LUVA ESGOTO 150MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	19,38	R\$	1.550,67
163	LUVA ESGOTO 40MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	1,95	R\$	156,00
164	LUVA ESGOTO 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	2,20	R\$	176,00
165	LUVA ESGOTO 75MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	4,97	R\$	397,87
166	LUVA SOLD LR. 32/1 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	2,83	R\$	226,13
167	LUVA SOLD. 20MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$	1,38	R\$	110,67
168	LUVA SOLD. / ROSCA 20X1/2 FABRICADO EM	UND	80	R\$	2,47	R\$	197,87

	PVC RÍGIDO					
169	LUVA SOLD. 25MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$ 1,89	R\$ 151,47	
170	LUVA SOLD. 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	80	R\$ 4,02	R\$ 321,33	
171	MANG TRANC PT200 CRIST 1/4" FABRICADO EM PVC	MT	545	R\$ 3,73	R\$ 2.031,03	
172	MANGUEIRA CRISTAL 1/4X1.5 FABRICADO EM PVC	MT	50	R\$ 2,83	R\$ 141,33	
173	MANGUEIRA DE IRRIG. 1X2,0 FABRICADO EM PVC	MT	50	R\$ 1,74	R\$ 86,83	
174	MANGUEIRA P/ IRRIG. 3/4X2,0 FABRICADO EM PV	MT	20	R\$ 1,95	R\$ 38,93	
175	MANGUEIRA TRANCADA PT200 1 FABRICADO EM PVC	UND	20	R\$ 41,63	R\$ 832,67	
176	MANGUEIRA TRANCADA PT200 1/2 FABRICADO EM PVC	MT	20	R\$ 4,02	R\$ 80,47	
177	MANGUEIRA TRANCADA PT200 3/4 FABRICADO EM PVC	MT	20	R\$ 4,43	R\$ 88,53	
178	MECANISMO P/ CAIXA ACLOPADA FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	20	R\$ 70,16	R\$ 1.403,27	
179	MOTOBOMBA '1'HP	UND	1	R\$ 349,10	R\$ 349,10	
180	MOTOBOMBA 1/2 HP	UND	1	R\$ 136,12	R\$ 136,12	
181	NIVEL AR ROSCAVEL ½	UND	20	R\$ 0,96	R\$ 19,27	
182	NIVEL AR ROSCAVEL ¼	UND	20	R\$ 1,36	R\$ 27,13	
183	PLUG AR ½	UND	50	R\$ 1,56	R\$ 78,17	
184	RED. EXCENTRICA 100X75MM	UND	10	R\$ 5,91	R\$ 59,13	
185	RED. EXCENTRICA ESGOTO 100X50MM	UND	10	R\$ 6,02	R\$ 60,23	
186	REDUÇÃO ESGOTO 100X50MM	UND	15	R\$ 6,05	R\$ 90,70	
187	REDUÇÃO ESGOTO 100X75MM	UND	5	R\$ 5,84	R\$ 29,18	
188	REDUÇÃO EXCENTRICA ESGOTO 150X100	UND	5	R\$ 13,47	R\$ 67,33	
189	REG ESF SOLD 60MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	20	R\$ 21,93	R\$ 438,53	
190	REG ESF SOLD. 40MM. FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	20	R\$ 7,19	R\$ 143,87	
191	REG ESF SOLD. 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	20	R\$ 8,08	R\$ 161,53	
192	REG. ESF. SOLD 20MM	UM	20	R\$ 4,96	R\$ 99,27	
193	REG. ESF. SOLD 25MM	UM	20	R\$ 4,64	R\$ 92,73	
194	REG. ESF. SOLD 32MM	UM	20	R\$ 5,24	R\$ 104,80	
195	REG.PRESSÃO 1416 C31 ½	UND	10	R\$ 24,10	R\$ 241,00	
196	REG.PRESSÃO 1416 C40 ½	UND	10	R\$ 27,87	R\$ 278,67	
197	REG.PRESSÃO 3/4 METAL	UND	15	R\$ 29,25	R\$ 438,70	
198	SIFAO DUPLO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL DE PLÁSTICO BRANCO	UND	35	R\$ 12,83	R\$ 449,05	
199	SIFAO SIMPLES TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL DE PLÁSTICO BRANCO	UND	30	R\$ 6,70	R\$ 200,90	
200	SINFÃO TRIPLO TUBO EXTENSIVO UNIVERSAL DE PLÁSTICO BRANCO	UND	90	R\$ 14,70	R\$ 1.322,70	
201	TE ESGOTO 100MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	195	R\$ 9,85	R\$ 1.920,10	
202	TE ESGOTO 40MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	175	R\$ 2,29	R\$ 401,33	

203	TE ESGOTO 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	275	R\$	3,70	R\$	1.018,42
204	TE LR 25X1/2 AZUL FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	140	R\$	5,51	R\$	771,40
205	TE LR 25X3/4 AZUL FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	140	R\$	6,06	R\$	847,93
206	TE ROSCAVEL 1/2 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	280	R\$	1,60	R\$	448,00
207	TE SOLD 20X1/2 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	580	R\$	0,97	R\$	564,53
208	TE SOLD 25X1/2 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	580	R\$	1,08	R\$	626,40
209	TE SOLD 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	105	R\$	4,94	R\$	518,70
210	TE SOLD. 25MM. FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	550	R\$	1,10	R\$	603,17
211	TE SOLD. 25X3/4 FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	210	R\$	1,10	R\$	230,30
212	TE SOLD. 32MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	350	R\$	1,95	R\$	682,50
213	TE SOLD. DE 20MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	350	R\$	0,88	R\$	308,00
214	TORNEIRA BOIA P/ CX. DAGUA	UND	35	R\$	9,11	R\$	318,85
215	TORNEIRA METAL COZ. PAREDE	UND	30	R\$	41,40	R\$	1.242,00
216	TORNEIRA METAL DE PIA BICA MOVEL	PC	70	R\$	61,46	R\$	4.302,43
217	TORNEIRA P/ JARDIM C/ BICO 1/2 PLÁSTICO	UND	25	R\$	4,39	R\$	109,75
218	TORNEIRA P/ PIA PLASTICO 18CM	UND	25	R\$	8,61	R\$	215,25
219	TORNEIRA P/ PIA PLASTICO 12CM	UND	25	R\$	7,43	R\$	185,83
220	TORNEIRA P/ TANQUE 10CM.	UND	24	R\$	4,30	R\$	103,12
221	TORNEIRA P/ TANQUE 15CM.	UND	24	R\$	5,25	R\$	126,00
222	TORNEIRA PLASTICO P/ LAV. 1/2	UND	24	R\$	7,82	R\$	187,60
223	TUBO P/CAIXA DE DESC. C/CURVA	UND	105	R\$	2,48	R\$	260,75
224	TUBO ESGOTO 75MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	100	R\$	51,30	R\$	5.130,00
225	TUBO ESGOTO 100MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	150	R\$	53,94	R\$	8.090,50
226	TUBO ESGOTO 150MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	70	R\$	151,38	R\$	10.596,83
227	TUBO ESGOTO 200MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	50	R\$	442,77	R\$	22.138,67
228	TUBO ESGOTO 40MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	200	R\$	30,96	R\$	6.192,67
229	TUBO ESGOTO 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	200	R\$	33,85	R\$	6.770,00
230	TUBO P/ AGUA 60MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	40	R\$	113,03	R\$	4.521,33
231	TUBO P/ AGUA . 25MM. FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	40	R\$	17,25	R\$	690,00
232	TUBO P/ AGUA 20MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	40	R\$	12,63	R\$	505,33
233	TUBO P/ AGUA 32MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	40	R\$	32,80	R\$	1.311,87
234	TUBO P/ AGUA 40MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	40	R\$	54,62	R\$	2.184,67
235	TUBO P/ AGUA 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	40	R\$	61,13	R\$	2.445,20
236	UNDIÃO SOLD. 40MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	40	R\$	15,72	R\$	628,67
237	UNDIÃO SOLDEVEL 50MM FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	24	R\$	16,65	R\$	399,60

238	VALVULA DE REDENÇÃO 1PL FABRICADO EM PVC RÍGIDO	UND	23	R\$	12,31	R\$	283,21
239	VEDA ROSCA 12MM X 5M	UND	55	R\$	2,34	R\$	128,52
240	VEDA ROSCA 12MMX,10MT	UND	55	R\$	3,07	R\$	168,67
Lote VI - Ferramentas e Manutenção							
241	ALICATE REBITADOR 9,5 MANUAL PROFISSIONAL	UND	15	R\$	21,17	R\$	317,50
242	ALICATE UNDIV. 1000V. N08	UND	15	R\$	31,43	R\$	471,45
243	ALICATE UNIDIVERSAL 8	UND	15	R\$	27,97	R\$	419,50
244	ANCINHO METAL 12 D. C/CABO	UND	50	R\$	18,30	R\$	915,00
245	APLICADOR P/ SILICONE	UND	50	R\$	19,67	R\$	983,33
246	ARCO DE SERRA	UND	20	R\$	35,50	R\$	710,00
247	ARO DE RODA C/ ROLAMENTOP/ CARRO DE MÃO FERRO	UND	30	R\$	24,07	R\$	722,00
248	ARO P/ PNEU DE CARRO DE MAO FERRO	UND	30	R\$	14,04	R\$	421,20
249	BALDE PRETO METAL 10LT.	UND	10	R\$	17,28	R\$	172,77
250	BROCA AÇO RAPIDO 1/2	UND	50	R\$	21,72	R\$	1.085,83
251	BROCA P/ CONCRETO ENGATE RÁPIDO	UND	50	R\$	13,73	R\$	686,67
252	CABO P/ ANCINHO 1,20MT	UND	50	R\$	6,96	R\$	348,17
253	CABO P/ ENXADA 1,5MT	UND	50	R\$	11,33	R\$	566,50
254	CABO P/ FOICE 1MT.	UND	30	R\$	11,89	R\$	356,60
255	CABO P/ MARTELO 0,3M	UND	15	R\$	6,43	R\$	96,45
256	CABO P/ PA Y 0,90MT.	UND	20	R\$	15,36	R\$	307,13
257	CABO P/ PICARETA 0,94MT.	UND	30	R\$	21,29	R\$	638,70
258	CAIXA FERRAM. 20X40 C/BANDEJA	PC	5	R\$	124,58	R\$	622,92
259	CAIXA PLÁSTICA P/ MASSA PEDREIRO 30 LITROS	UND	10	R\$	10,76	R\$	107,63
260	CAMARA DE AR 3,25X8 P/ CARRO DE MÃO	UND	50	R\$	14,07	R\$	703,50
261	CARRO DE MAO CACAMBA RASA METAL	UND	50	R\$	160,47	R\$	8.023,33
262	CARRO DE MÃO REFOÇADO METAL CAÇAMBA QUADRADA	UND	30	R\$	246,66	R\$	7.399,90
263	CAVADEIRA ARTIC C/CABO 1.20MT	UND	10	R\$	61,80	R\$	618,00
264	CAVADEIRA RETA NR. 08	UND	10	R\$	63,84	R\$	638,37
265	CHAVE FENDA 3/8 X 12	UND	10	R\$	5,25	R\$	52,50
266	CHAVE INGLESA 10	UND	10	R\$	87,63	R\$	876,30
267	CHAVE INGLESA 12	UND	10	R\$	91,11	R\$	911,13
268	CHAVE INGLESA 8	UND	10	R\$	36,87	R\$	368,70
269	COLHER P/PEDREIRO 8"	UND	20	R\$	15,97	R\$	319,33
270	COLHER DE PEDREIRO 9	UND	3	R\$	16,52	R\$	49,55
271	COLHER DE PEDREIRO 10	UND	3	R\$	16,70	R\$	50,10
272	CORDA VERDE NUM.6	KG	30	R\$	18,71	R\$	561,30
273	CORDA VERDE NUM.10	KG	30	R\$	19,37	R\$	581,00
274	CORDA VERDE NUM.08	KG	30	R\$	18,95	R\$	568,50
275	CORDA VERDE NUM 12	KG	30	R\$	20,05	R\$	601,50
276	CORTADOR DE PISO / PORC. 90CM. IRWIN	UND	3	R\$	302,67	R\$	908,00
277	CORTADOR DE PISO SPEED. 75CM. IRWIN	UND	3	R\$	238,20	R\$	714,60
278	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA	UND	60	R\$	12,66	R\$	759,40
279	DESEMPENADEIRA PVC 16X28 LISA	UND	5	R\$	10,62	R\$	53,08
280	DISCO DE CORTE 07X1/8X7/8 AR 302	UND	10	R\$	3,37	R\$	33,67
281	DISCO DESBAST DSD 0770 7X1/8X7/8X50	UND	10	R\$	5,77	R\$	57,70
282	DISCO DESBAST DSD 4573 4.1/2X1/4X7/8	UND	10	R\$	5,77	R\$	57,70

283	DISCO DIAM. LISO BRANCO REF. PRO.	UND	10	R\$	16,80	R\$	168,00
284	DISCO DIAM. SEGMENT. VERDE SEC. PRO	UND	10	R\$	16,80	R\$	168,00
285	ENXADA ESTREITA	UM	20	R\$	37,27	R\$	745,33
286	ENXADA LARGA	UND	20	R\$	41,30	R\$	825,93
287	ESCADA ALUMINIO 7 DEGRAUS	UND	5	R\$	185,47	R\$	927,33
288	ESCOVA DE ACO C/CABO 6 FILEIRAS	UND	5	R\$	7,23	R\$	36,17
289	ESCOVA DE ACO C/CABO 3 FILEIRAS	UND	5	R\$	6,51	R\$	32,53
290	ESPATULA 10 C/ CABO PLASTICO	UND	10	R\$	6,51	R\$	65,07
291	ESPATULA 12 C/ CABO PLASTICO	UND	10	R\$	7,03	R\$	70,30
292	ESPATULA PLASTICA 8CM	UND	10	R\$	4,64	R\$	46,40
293	ESQUADRO MAC. FER. PVC 12 30CM	UND	2	R\$	9,68	R\$	19,36
294	ESTILETE 18MM.	UND	10	R\$	3,61	R\$	36,13
295	ESTROVINGA LEVE	UND	3	R\$	18,90	R\$	56,69
296	FOICE 120 CM	UND	20	R\$	28,28	R\$	565,60
297	FORMAO 1 P	UND	5	R\$	7,09	R\$	35,43
298	FORMAO 1/2	UND	5	R\$	4,68	R\$	23,40
299	FORMAO 3/4	UND	5	R\$	5,20	R\$	26,00
300	FORMÃO 7/8	UND	5	R\$	5,50	R\$	27,50
301	LANCA CHAMAS SUZAN 01 REGISTRO	UND	11	R\$	42,28	R\$	465,12
302	LAPIS CARPINTEIRO	UND	10	R\$	3,00	R\$	30,03
303	LIMA DE FACA ENXADA N.08	UND	13	R\$	15,54	R\$	202,02
304	LIMA P/ ENXADA E FACÕES 8	UND	13	R\$	15,54	R\$	202,02
305	LINHA PEDREIRO TRANÇADA C/ 50MTM	UND	9	R\$	4,46	R\$	40,11
306	LINHA PEDREIRO TRANÇADA C/ 100MT	UND	7	R\$	6,59	R\$	46,11
307	LONA PRETA 04MT	MT	65	R\$	12,01	R\$	780,65
308	LONA PRETA 06MT	MT	65	R\$	15,84	R\$	1.029,82
309	LONA PRETE 8MT	MT	65	R\$	17,69	R\$	1.150,07
310	MADRIL13MM 1/2X20	UND	18	R\$	30,77	R\$	553,92
311	MANDRIL 10L 3/8X24	UND	18	R\$	24,36	R\$	438,54
312	MARRETA 3KG C/ CABO	UND	1	R\$	35,27	R\$	35,27
313	MARRETA 5KG S/ CABO	UND	1	R\$	55,36	R\$	55,36
314	MARRETA C/ CABO 1KG	UND	1	R\$	23,55	R\$	23,55
315	MARTELO BORRACHA 40MM	UND	5	R\$	24,98	R\$	124,92
316	MARTELO UNDA 27MM	UND	5	R\$	21,97	R\$	109,85
317	MASSA EPOXI PARA REPAROS EMBALAGEM DE 100 G	UND	40	R\$	9,55	R\$	381,87
318	PA BICO C/CABO	UND	50	R\$	36,06	R\$	1.803,17
319	PA QUADRADA	UND	220	R\$	36,06	R\$	7.933,93
320	PALHA DE AÇO 10X20 USE BEM	UND	30	R\$	3,16	R\$	94,90
321	PE DE CABRA ACO LISO 3.4 0.50CM.	UND	3	R\$	30,73	R\$	92,19
322	PENEIRA P/ AREIA ARO 55 PVC COMEP	UND	10	R\$	15,32	R\$	153,17
323	PICARETA ESTREITA PONTA E PA C/CABO	UND	3	R\$	70,94	R\$	212,82
324	PNEUS P/ CARRO DE MÃO 3,25	UND	30	R\$	28,98	R\$	869,50
325	PNEUS P/ CARRO DE MÃO 3,50	UND	30	R\$	30,93	R\$	927,90
326	PONTEIRO 10	UND	10	R\$	13,52	R\$	135,20
327	PRUMO PEDREIRO 500 GR	UND	5	R\$	20,38	R\$	101,90
328	PULVERIZADOR AGRICOLA 16L COSTAL DE ALTA PRESSÃO, CÂMARA DE LATÃO	UND	3	R\$	259,30	R\$	777,90
329	PULVERIZADOR AGRICOLA 5L LATERAL SPRAY	UND	3	R\$	124,83	R\$	374,50

	COM CÂMARA DE LATÃO					
330	ROÇADEIRA TIPO FOICE DUAS CARAS, EM AÇO RESISTENTE A IMPACTOS, PINTURA EM VERNIZ SINTÉTICO INCOLOR, CABO DE MADEIRA ENCERADO COM DIÂMETRO DE 38 MM	UND	1	R\$	38,38	R\$ 38,38
331	SERROTE DE PODA RETO	UND	2	R\$	101,67	R\$ 203,33
332	SERROTE DIAMANTE 22 7 DENTES	UND	5	R\$	41,30	R\$ 206,50
333	TALHADEIRA 08	UND	16	R\$	13,27	R\$ 212,27
334	TALHADEIRA 10	UND	16	R\$	14,97	R\$ 239,52
335	TALHADEIRA 12	UND	16	R\$	16,08	R\$ 257,28
336	TARRAXA ROSCA 3/4	UND	11	R\$	51,63	R\$ 567,93
337	TARRAXA ROSCA 1 PL	UND	11	R\$	55,17	R\$ 606,83
338	TESOURA DE PODA	UND	21	R\$	13,33	R\$ 279,93
339	TESOURA P/ GRAMA 10	UND	21	R\$	40,78	R\$ 856,31
340	TORQUES P/ CARPINTEIRO 10	UND	12	R\$	26,68	R\$ 320,16
341	TORQUES P/ CARPINTEIRO 12	UND	12	R\$	27,71	R\$ 332,48
342	TRENA 3MT	UND	12	R\$	7,84	R\$ 94,08
343	TRENA 5MT	UND	12	R\$	13,57	R\$ 162,88
344	TRENA DE 5MT	UND	12	R\$	13,57	R\$ 162,88
345	TRENA DE 7,5MT	UND	12	R\$	22,90	R\$ 274,80
346	TRENA FECHADA FIBRA VIDRO 30MT	UND	8	R\$	30,83	R\$ 246,61
347	TRENA FECHADA FIBRA VIDRO 50MT	UND	10	R\$	38,04	R\$ 380,37
348	VASSOURA GRAMA MET. 18D C/CABO	UND	43	R\$	25,20	R\$ 1.083,46
349	VASSOURAO GARI 37CM	UND	50	R\$	34,36	R\$ 1.718,17
350	VASSOURÃO PIAÇAVA GARI 40CM	UM	50	R\$	39,10	R\$ 1.954,83
Lote VII - Porta e Fechaduras e Janelas e Estruturas						
351	BASCULANTE 50X50 ALUM.	UND	20	R\$	40,16	R\$ 803,27
352	BASCULANTE 60X50 ALUM.	UND	20	R\$	44,73	R\$ 894,67
353	BASCULANTE ALUM. 40X40	UND	20	R\$	37,85	R\$ 756,93
354	BASCULHANTE 30X30	UND	20	R\$	27,50	R\$ 550,00
355	COMPENSADO 10MMX1.60X2.20M	UND	30	R\$	152,75	R\$ 4.582,50
356	DOBRADIÇA 2,1/2 PINO C/ 3UND	UND	10	R\$	7,26	R\$ 72,63
357	DOBRADIÇA 3.1/2 PINO C/ 3UND. ENC.	UND	10	R\$	8,25	R\$ 82,47
358	DOBRADIÇA 3/ PINO C/ 3UND. ENC.	UND	10	R\$	8,02	R\$ 80,20
359	DOBRADIÇA CANTO ZINCADA 850X2	UND	10	R\$	2,65	R\$ 26,50
360	DOBRADIÇA CANTO ZINCADA 850X3	UND	10	R\$	2,93	R\$ 29,33
361	DOBRADIÇA CANTO ZINCADA 850X3,5	UND	10	R\$	3,81	R\$ 38,07
362	DOBRADIÇA CRUZ ZINCADA 650X2,5	UND	10	R\$	6,17	R\$ 61,67
363	DOBRADIÇA CRUZ ZINCADA 650X3	UND	10	R\$	7,83	R\$ 78,33
364	DOBRADIÇA DE CHUMBAR POLIDA 780X4	UND	10	R\$	8,59	R\$ 85,87
365	FECHADURA INT. ALAV.	UND	2	R\$	42,65	R\$ 85,30
366	FECHADURA EXT. ALAV	UND	20	R\$	45,55	R\$ 911,00
367	FECHADURA SOBREPOR P/ PORTÃO	UND	20	R\$	37,23	R\$ 744,60
368	FECHADURA WC ALAV	UND	20	R\$	41,30	R\$ 826,00
369	FERROLHO CHATO P/ CADEADO 700X3	UND	24	R\$	13,13	R\$ 315,20
370	FERROLHO CHATO ZINCADO 450X3	UND	24	R\$	6,42	R\$ 154,00
371	FERROLHO CHATO ZINCADO 450X4	UND	24	R\$	7,01	R\$ 168,32
372	FERROLHO CHATO ZINCADO 450X5	UND	24	R\$	7,43	R\$ 178,24
373	FERROLHO NAVAL IXAD. 520X9CM.	UND	28	R\$	13,77	R\$ 385,47

374	FERROLHO NAVAL NIQ. 520X12CM	UND	28	R\$	12,83	R\$	359,33
375	FERROLHO NAVAL NIQ.520X6CM.	UND	28	R\$	9,96	R\$	278,88
376	FERROLHO P/ CADEADO ZINCADO 700X4	UND	27	R\$	12,52	R\$	338,04
377	FERROLHO REDONDO ZINCADO 500X3	UND	27	R\$	7,23	R\$	195,30
378	FERROLHO REDONDO ZINCADO 500X5	UND	27	R\$	11,78	R\$	318,06
379	JANELA 2 FOLHAS C/ GRADE 80X80 ALUMINIO	UND	20	R\$	134,94	R\$	2.698,80
380	JANELA MADEIRA 80X1,00	UND	20	R\$	290,50	R\$	5.810,00
381	JANELA MADEIRA 80X1,20	UND	20	R\$	306,87	R\$	6.137,33
382	JANELA MADEIRA 80X80	UND	20	R\$	197,83	R\$	3.956,67
383	JANELA MADEIRA80X1,50	UND	20	R\$	344,07	R\$	6.881,33
384	PERFIL PVC COLONIAL	MT	500	R\$	5,20	R\$	2.598,33
385	PERFIL PVC EM F . P. FORRO	MT	500	R\$	19,74	R\$	9.868,33
386	PORTA ALUM. 0,80X2,10 COM BASCULANTE L. ESQUERDA	UND	3	R\$	452,00	R\$	1.356,00
387	PORTA ALUM. 0,80X2,10 COM GRADE L. DIREITO	UND	3	R\$	426,45	R\$	1.279,35
388	PORTA ALUM. VENEZ. 0,80X2,10 COM GRADE ESQUERDA	UND	3	R\$	426,45	R\$	1.279,35
389	PORTA CADEADO 4.5 GALV.	UND	20	R\$	3,28	R\$	65,60
390	PORTA CADEADO 5.5 GALV.	UND	20	R\$	3,93	R\$	78,67
391	PORTA CADEADO ZINCADO 300X2,5	UND	20	R\$	3,26	R\$	65,13
392	PORTA CADEADO ZINCADO 300X3,5	UND	20	R\$	4,20	R\$	84,00
393	PORTA ESPECIAL ALUMI. C/ GRADE 1,00	UND	5	R\$	499,67	R\$	2.498,33
394	PORTA ESPECIAL ALUMI. C/ GRADE 1,10	UND	5	R\$	512,96	R\$	2.564,82
395	PORTA ESPECIAL ALUMI. C/ GRADE 1,40	UND	5	R\$	520,03	R\$	2.600,15
396	PORTA LISA S. OCA 80X2,10X	UND	30	R\$	120,92	R\$	3.627,60
397	PORTA LISA S. OCA 90X2,10	UND	30	R\$	132,97	R\$	3.989,00
398	PORTA LISA S.OCA 70X2,10X	UND	30	R\$	112,98	R\$	3.389,50
399	PORTA LISA S.OCA 0,60X2,10	UND	30	R\$	107,63	R\$	3.229,00
400	PORTA MADEIRA MISTA 60X2,10	UM	40	R\$	142,78	R\$	5.711,33
401	PORTA MADEIRA MISTA 70X2,10	UM	40	R\$	147,99	R\$	5.919,73
402	PORTA MADEIRA MISTA 80X2,10	UND	10	R\$	153,92	R\$	1.539,17
403	PORTA MADEIRA MISTA 90X2,10	UND	10	R\$	160,99	R\$	1.609,93
404	PORTA MADRITA MISTA 1,00X2,10	UND	15	R\$	163,07	R\$	2.446,05
405	PORTA SANF. 0,60X2,10 M	UND	15	R\$	101,73	R\$	1.526,00
406	PORTA SANF. 0.72X2.10M	UND	15	R\$	109,67	R\$	1.645,00
407	PORTA SANF. 0.84X2.10M	UND	15	R\$	118,47	R\$	1.777,00
Lote VIII - Ferragens e Estrutura							
408	ABRAC. U N 1,1/4 INCA	UND	100	R\$	1,13	R\$	113,00
409	ABRAC. U N 3 INCA	UND	100	R\$	1,68	R\$	168,33
410	ABRAC. U N2 INCA	UND	100	R\$	1,58	R\$	158,33
411	ARAME BWG 12 GALV. MORLAN	KG	150	R\$	18,68	R\$	2.802,50
412	ARAME CALV. BWG. 20 MORLAN	KG	120	R\$	19,37	R\$	2.324,00
413	ARAME FARPADO EFANTE 400M	KG	20	R\$	344,00	R\$	6.880,00
414	ARAME FARPADO NELORE 500M	UND	30	R\$	350,00	R\$	10.500,00
415	ARAME GALV. BWG 16	KG	200	R\$	17,58	R\$	3.516,67
416	ARAME GALV. BWG 18	KG	200	R\$	17,58	R\$	3.516,67
417	ARAME GALV. BWG. 14	KG	200	R\$	16,30	R\$	3.260,00
418	ARAME RECOZIDO 18 ROLO 1KG.	KG	200	R\$	14,39	R\$	2.878,00
419	ARRUELA 3/4 ALUMINIO INCA	UND	70	R\$	0,46	R\$	32,20

420	BARRA CHATA ACO 1X3.16	MT	30	R\$	16,26	R\$	487,70
421	BARRA METALON AC GAL. 20X20 0,80MM 6M C20	UND	40	R\$	37,53	R\$	1.501,33
422	BARRA METALON AC GAL. 50X30 0,95MM 6M C20	UND	30	R\$	79,33	R\$	2.380,00
423	BARRA METALON GALV. 20X30 0,95 MM	UND	30	R\$	48,68	R\$	1.460,50
424	BOBINA ALUM. 60CM	MT	50	R\$	38,17	R\$	1.908,33
425	BOBINA ALUM. 80CM	MT	50	R\$	45,87	R\$	2.293,33
426	BOBINA ALUMINIO 50CM	MT	50	R\$	38,11	R\$	1.905,33
427	BUCHA 3/4 ZAMAR INCA	UND	175	R\$	0,57	R\$	100,33
428	BUCHA DURA D 10 BRANCA	UND	2500	R\$	0,22	R\$	541,67
429	BUCHA DURA D 12 BRANCA	UND	2500	R\$	0,35	R\$	883,33
430	BUCHA DURA D 6 BRANCA	UND	2500	R\$	0,12	R\$	300,00
431	BUCHA DURA D 7 BRANCA	UND	2500	R\$	0,14	R\$	341,67
432	CADEADO LATAO 20MM	UND	50	R\$	14,27	R\$	713,33
433	CADEADO LATAO 25MM	UND	50	R\$	16,20	R\$	809,83
434	CADEADO LATAO 30MM	UND	20	R\$	17,65	R\$	353,00
435	CADEADO LATÃO 35MM	UM	5	R\$	21,30	R\$	106,50
436	CADEADO LATÃO 40MM	UM	3	R\$	23,53	R\$	70,58
437	CADEADO LATAO 45MM	UND	3	R\$	30,88	R\$	92,63
438	CADEADO LATÃO 50MM	UM	3	R\$	33,47	R\$	100,40
439	CADEADO ZAMAC. HASTER LONGA 30MM	UND	5	R\$	39,63	R\$	198,17
440	CADEADO ZAMAC. HASTER LONGA 35MM	UND	5	R\$	42,13	R\$	210,65
441	CHAPA GALV. 20 2X10,95MM	UND	75	R\$	130,83	R\$	9.812,25
442	COLA DUREPOX NORMAL 50G	UND	56	R\$	5,05	R\$	282,80
443	COLUNDA 7X17 FERRO 1/4 6MT	UND	30	R\$	50,60	R\$	1.517,90
444	COLUNDA 7X17 FERRO 3/8 6MT.	UND	30	R\$	124,80	R\$	3.744,00
445	COLUNDA 7X17 FERRO 5/16 6MT.	UND	30	R\$	75,12	R\$	2.253,70
446	CORRENTE ELO LONGO EM ACO 5MM	KG	30	R\$	34,58	R\$	1.037,50
447	CORRENTE ELO LONGO EM ACO 6MM	KG	30	R\$	36,12	R\$	1.083,50
448	FITA DUPLA FACE 19MMX 1M	UND	70	R\$	5,37	R\$	375,67
449	GRAMPO GALV. P/ CERCA19X11 1X9	KG	30	R\$	17,68	R\$	530,50
450	JANELA 2 FOLHAS 80X80 S/ GRADE ALUMINIO	UND	20	R\$	130,38	R\$	2.607,67
451	MALHA POP 3.4MM 15X15X3X2	UND	196	R\$	82,49	R\$	16.168,69
452	MALHA POP3.4 20X20 3X2	UM	196	R\$	82,49	R\$	16.168,69
453	METALON GLV 20 X 30 - 1,25 MM N	UND	20	R\$	49,04	R\$	980,80
454	METALON GLV 30 X 40 - 1,25 MM I	UND	20	R\$	62,53	R\$	1.250,67
455	MOLA AEREA SOPRANO 302 F2 PRATA ATE 45KG	UND	5	R\$	100,98	R\$	504,90
456	PARAFUSO P/ VASO SANITARIO	UND	300	R\$	12,18	R\$	3.655,00
457	PREGO 08X07 (5/8X18)	KG	50	R\$	16,66	R\$	833,17
458	PREGO 13X18 1.1/2X15	KG	50	R\$	16,95	R\$	847,50
459	PREGO 18X27 (2,1/2X10)	UND	50	R\$	18,23	R\$	911,33
460	PREGO P/ TELHAS 18X30 ASA TIGRE	UND	50	R\$	10,80	R\$	539,83
461	REBITE ALUM. 2,4X8 208	UND	1000	R\$	0,30	R\$	296,67
462	REBITE ALUM. 3,2X8,0	UND	1000	R\$	0,35	R\$	350,00
463	REBITE ALUM. 4,0X10 410	UND	1000	R\$	0,33	R\$	333,33
464	REBITE ALUM. 4,0X12 412	UND	1000	R\$	0,34	R\$	343,33
465	REBITE ALUM. 4,8X12 512	UND	1000	R\$	0,35	R\$	353,33
466	ROLDANA P/ POÇO 10CM.	UND	10	R\$	21,30	R\$	213,00

467	ROLDANA P/ POÇO 8CM.	UND	10	R\$	17,07	R\$	170,67
468	ROLDANA P/POÇO 12CM.	UND	10	R\$	21,93	R\$	219,33
469	ROLDANA P/POÇO 14CM.	UND	10	R\$	22,75	R\$	227,50
470	ROLDANA P/POÇO 16CM.	UND	10	R\$	25,00	R\$	250,00
471	TARGETA ZINCADA 1. 1/2	UND	75	R\$	2,20	R\$	165,25
472	TELA GALIN. LEVE 1X1,00 PRETA	MT	920	R\$	4,70	R\$	4.320,93
473	TELA VIVEIRO PLASTICO 1,50X50M	MT	10	R\$	6,86	R\$	68,57
474	TRELICA ESPACADOR 8L LEVE C/06MT	UND	95	R\$	35,64	R\$	3.386,12
475	TUBO GALV QUADR. 20 X 20 0,90 CH.20 (UND:6)	UND	175	R\$	37,91	R\$	6.634,25
476	TUBO GALV QUADR. 50 X 50 1,20 CH.18 (UND:2)	KG	175	R\$	84,83	R\$	14.844,67
477	TUBO GALV RED. 2 X 1.25 CH.18 50,80 (UND:3)	KG	140	R\$	104,00	R\$	14.560,00
478	TUBO IND LQ 1.1/4 2,00MM 6MT	UND	50	R\$	101,00	R\$	5.050,00
479	VARÃO DE FERRO 1/2	UND	30	R\$	69,27	R\$	2.078,00
480	VARÃO DE FERRO 1/4	UND	30	R\$	24,40	R\$	732,00
481	VARÃO DE FERRO 3/8	UND	30	R\$	47,83	R\$	1.435,00
482	VARÃO DE FERRO 4.2	UND	30	R\$	13,88	R\$	416,30
483	VARÃO DE FERRO 5/16	UND	30	R\$	32,52	R\$	975,60
484	VARÃO DE FERRO 6,0	UND	30	R\$	15,00	R\$	450,00
485	ZINCO 1MT	KG	50	R\$	13,23	R\$	661,33
486	ZINCO 0,60 CM	KG	50	R\$	13,23	R\$	661,33
487	ZINCO 0,70 CM	KG	50	R\$	13,23	R\$	661,33
488	ZINCO 0,80 CM	KG	50	R\$	13,23	R\$	661,33
489	ZINCO 0,50 CM	KG	50	R\$	13,23	R\$	661,33
Lote IX - Madeiras							
490	FORRA DE MADERIA MISTA	UND	100	R\$	115,57	R\$	11.556,67
491	MADEIRA SERADA 3X6 MISTA	MT	80	R\$	24,22	R\$	1.937,33
492	MADEIRA SERADA CAIBRO M3 MISTA	MT	500	R\$	5,36	R\$	2.680,00
493	MADEIRA SERADA LINHA 3X3 MISTA	MT	600	R\$	11,57	R\$	6.940,00
494	MADEIRA SERADA LINHA 3X4 MISTA	MT	600	R\$	16,79	R\$	10.074,00
495	MADEIRA SERRADA RIPAS M3 MISTA	MT	1500	R\$	2,15	R\$	3.220,00
496	MADEIRITE VERMELHO 9MM	UND	150	R\$	87,33	R\$	13.099,50
497	TABUA MISTA 15CM	MT	100	R\$	15,45	R\$	1.545,33
498	TABUA MISTA 20CM	MT	70	R\$	22,70	R\$	1.588,77
499	FORRA DE MADERIA MISTA	MT	200	R\$	28,07	R\$	5.614,67
Lote X - Revestimentos e Pisos							
500	CERAMICA 45X45 TIPO A	M2	500	R\$	31,40	R\$	15.700,00
501	LAJOTA PARA PISO 50X50CM	MIL	19	R\$	31,40	R\$	596,60
502	MANTA ASFALTO	MT	30	R\$	7,22	R\$	216,50
503	PEDRA RACHÃO	M3	50	R\$	23,58	R\$	1.179,17
504	PISO CERAMICO 33X57	MT	500	R\$	31,67	R\$	15.833,33
505	PISO CERAMICO 46X46	M2	500	R\$	31,67	R\$	15.833,33
506	PISO PORCELANATO 51X51	MT	300	R\$	44,99	R\$	13.497,00
507	SEPARADOR DE PISO 2MM C/100	PCT	40	R\$	4,06	R\$	162,27
508	SEPARADOR DE PISO 3MM C/100	PCT	40	R\$	4,06	R\$	162,27
509	SEPARADOR DE PISO 01MM C/100	PCT	40	R\$	4,06	R\$	162,27
510	TELHA EM FIBROCIMENTO ONDULADO 6MM 2,13X1,10	UND	15	R\$	87,99	R\$	1.319,85
511	TELHA EM FIBROCIMENTO ONDULADO 2,44X0,50 4MM	UND	100	R\$	66,13	R\$	6.613,33

512	TELHA EM FIBROCIMENTO ONDULADO 5.MM 2,13X1,10M	UND	700	R\$ 81,73	R\$ 57.211,00
513	TELHA COLONIAL CERÂMICO	MIL	20	R\$ 782,71	R\$ 15.654,27
514	TIJOLO 19X19 DE 06 FUIROS CERÂMICO	MIL	45	R\$ 698,13	R\$ 31.416,00
Lote XI - Tanques e Sanitários					
515	ANEL DE VEDAÇÃO P/ VASO SANITARIO	UND	50	R\$ 272,65	R\$ 13.632,50
516	ASSENTO SANITARIO, material, plástico, revestimento: almofadado, cor: branco	UND	100	R\$ 45,30	R\$ 4.530,33
517	BALCÃO MARMORE SINTETICO 1,20MT	UND	5	R\$ 330,33	R\$ 1.651,67
518	BALCÃO MARMORE SINTETICO 1,50MT	UND	5	R\$ 377,33	R\$ 1.886,65
519	BALCÃO MARMORE SINTETICO 1,80MT	UND	5	R\$ 460,09	R\$ 2.300,43
520	BALCAO MARMORE SINTETICO 100CM	UND	5	R\$ 258,13	R\$ 1.290,67
521	KIT P/ BANHEIRO 05 PC. EM INOX ESCOVADO Com acabamento polido; composto: de 1 porta algodão, 1 saboneteira, 1 porta cotonetes, 1 porta escovas e creme dental, 1 porta sabonete líquido	UND	50	R\$ 56,60	R\$ 2.830,00
522	LAVATORIO C/ COLUMNA LOUÇA BRANCO	UND	12	R\$ 178,79	R\$ 2.145,44
523	LAVATORIO PEQUENO PLÁSTICO 40 X 27 CM.	UND	10	R\$ 14,05	R\$ 140,50
524	LAVATORIO SUSPENSO LOUÇA BRANCO	UND	12	R\$ 82,08	R\$ 984,96
525	PIA 1,60MX INOX	UND	10	R\$ 271,00	R\$ 2.710,00
526	PIA 1,00MT INOX	UND	10	R\$ 180,97	R\$ 1.809,67
527	PIA 1,20M INOX	UND	10	R\$ 193,45	R\$ 1.934,53
528	PIA 1,40MX0,52CM CONC. LISA	UND	10	R\$ 204,08	R\$ 2.040,83
529	PIA 1,50M PRATA CLASSINOX	UND	10	R\$ 219,66	R\$ 2.196,60
530	PIA 1.80 INOX	UND	10	R\$ 270,04	R\$ 2.700,43
531	PIA 2,00 C/ 2 CUBA INOX	UND	10	R\$ 466,77	R\$ 4.667,67
532	TANQUE DUPLO MARM. SINT. 1,20X50 CM	UND	5	R\$ 369,63	R\$ 1.848,17
533	TANQUE DUPLO MARM. SINT. 110 CM	UND	5	R\$ 330,99	R\$ 1.654,97
534	TANQUE DUPLO MARMORE SINT. 100 CM.	UND	5	R\$ 445,97	R\$ 2.229,83
535	TANQUE TRIPLO MARMORE SINT. 140 CM.	UND	5	R\$ 455,00	R\$ 2.275,00
536	VASO ACLOPADO	UND	30	R\$ 369,63	R\$ 11.089,00
537	VASO CONVENCIONAL	UND	30	R\$ 197,65	R\$ 5.929,60
				TOTAL	R\$ 1.224.744,98

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do Decreto Municipal n.º 099/2022, constam dos autos do processo administrativo nº 2026.02.017.

1.3. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência do contrato será por 12 (doze) meses, com início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Justificamos a aquisição, devido a utilização dos mesmos na manutenção das unidades escolares, unidades de saúde, recuperação e conservação nas instalações prediais de todas as unidades pertencentes à Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro, bem como, dos logradouros públicos, garantindo assim a

qualidade no atendimento e conservação do patrimônio público, considerando que a necessidade de zelar pelos bens públicos utilizando de todos os meios ao seu alcance para protegê-los, sabendo que as aquisições dos materiais são imprescindíveis para manutenção preventiva e corretiva dos prédios públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A definição quanto a solução como um todo, é aquela inserida no Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Dos critérios de sustentabilidade

4.1.1 O fornecimento deverá pautar-se no emprego da sustentabilidade, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

4.1.2 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menor poluição e menor impacto ambiental, se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA como:

4.1.3 Embalagem sustentável: Os Produtos deverão ser embalados de forma sustentável, preferencialmente utilizando materiais reciclados ou biodegradáveis e minimizando o uso de plástico e outros materiais não renováveis.

4.1.4 Praticar Política de responsabilidade social corporativa: Considere a política de responsabilidade social corporativa do fabricante ou fornecedor, incluindo seu compromisso com questões como direitos humanos, trabalho justo e práticas ambientais responsáveis.

4.2. Da Exigência de Amostras

4.2.1 Na presente contratação não haverá exigência de amostras.

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

5.1 As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

5.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

5.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

5.3.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em especial:

5.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Fornecimento de materiais de construção;

5.3.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.3.1.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6. ENTREGA, E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 Os bens serão entregues de forma parcelada, de acordo com a necessidade da edibilidade, conforme solicitação prévia da Secretaria requisitante, em **até 5 (cinco) dias**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, devendo a entrega ser realizada no Município de Lagoa de Dentro-PB, diretamente no local destinado pela Secretaria requisitante.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.2.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o termo de referência, na proposta comercial e no termo de contrato;

7.1.3.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.4.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.5.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.6.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021

7.1.7.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.1.8.Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.9.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.10.A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.11.Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

7.1.12.Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.13.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.2Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3.Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.4.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.1.5.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.6.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.7.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8.Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.1.9.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

8.1.10.Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.11.Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.1.12.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.1.13.Sempre que solicitado pela Administração o contratado deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

8.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.15.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.16.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.1.17.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.18 A Contratada obriga-se a efetuar a entrega do objeto licitado em perfeitas condições instalados/montados, no prazo e local indicado pela Administração;

8.1.9 O objeto licitado deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da redação da assistência técnica autorizada.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO.

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

11.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

11.5 O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeira na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

11.6 A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

12. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

Recebimento

12.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão

de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.8.1. o prazo de validade;

12.8.2. a data da emissão;

12.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

12.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

12.8.5. o valor a pagar; e

12.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

12.15.O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

12.16.No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos seguintes cálculos:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = ***, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = ***$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

12.17.O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.18.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.19.Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável em especial a IN/RFB n.º 1234/2012, alterada pela IN/RFB n.º 2145/2023 e alterações posteriores.

12.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ressalvado o caso previsto no art. 17, XII da Lei Complementar n.º 123/2006. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO.

13.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses.

13.1.1 Ultrapassado o prazo constante no subitem anterior, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

13.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.1.8. Eventuais repactuações e reequilíbrio do contrato, observarão o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - d.1 Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte cinco) dias;
 - d.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - d.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
 - d.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.
 - d.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 1,5% a 3% do valor do Contrato.

d.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 0,05% a 2% do valor do Contrato.

d.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato, ressalvada a situação prevista no item 15.2 “a”.

15.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

15.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

16.1 O custo estimado da contratação levará em consideração os preços de mercado, obtidas através de pesquisas de preços.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

17.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.1002.2002 Operacionalização do Serviço de Repres. Oficial –
02.020 SECRETARIA DE ADMINISTRCAO – 04.122.0021.2004 Operacionalização dos Serv. Adm. Gerais –
02.030 SECRETARIA DE FINANÇAS – 04.123.1004.2007 Manut das Ativ. da Secretaria de Finanças – 02.040
SECRETARIA DE EDUCACAO – 12.361.0403.2011 Manut das Ativ. do Ensino Fundamental; 12.361.0403.2013
Manutenção do FUNDEB 30%; 12.361.0403.2014 Transf. Salário Educação; 12.361.0403.2059 Manutenção
das ações de Fomento a Escola em Tempo Integral; 12.365.5000.5002 Manutenção das atividades do ensino
infantil – 02.060 SEC DE INFRA-ESTRUTURA, SERVTCO URB E RURAL – 04.122.0021.2018 Manut das
Atividades de Obras e Urbanismo – 02.080 SECRETARIA DE AGRICULTURA – 20.122 0021.2020 Coord. e
Manut das Ativ. da Secretaria de Agricultura – 02.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL –
08.122.0125.2044 Man Fundo Municipal de Assist. Social – 08.244.0125.2047 – Manut de Outros Programas
FNAS – 02.120 SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 08.243.0122.2045 Conselho
Tutelar – 02.100 FUNDO MUNICIPAL SAUDE DE LAGOA DE DENTRO – 10.301.0083.2031 – Manut do Fundo
Munic. de Saúde – 10 301 0083 2032 Mant. das Ativ. de Saúde - SUS/PAB.– 3.3.90.99 – Materiais de
Consumo.

Lagoa de Dentro, 19 de fevereiro de 2026

ANNY BEATRIZ DA SILVA
- MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO-

Aprovo o Termo de Referência em ___ de _____ de _____.

Camaf Douglas da Silva Moreira
Prefeito

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.02.017

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2026 ÀS ----H----MIN (----) HORAS.
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
INSC. EST.:	
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CIDADE:
CEP:	E-MAIL:
TELEFONE:	FAX:
CONTATO DA LICITANTE:	TELEFONE:
BANCO DA LICITANTE:	CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:
Nº DA AGÊNCIA:	

LOTE 01:

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

LOTE 02:

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.						
TOTAL POR EXTENSO:						

...

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA DE MONTAGEM/INSTALAÇÃO E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE DENTRO, TODOS OS BENS SERÃO

AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.02.017

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO
À PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.02.017

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO V –DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.02.017

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE LAGOA DE DENTRO ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.02.017

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.02.017

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO
À PREGOEIRA / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2026.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)

ANEXO VIII –DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.02.017

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA
À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE
TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO DE **LAGOA**
DE DENTRO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

....., DE DE 2026.

REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAGOA DE DENTRO, ESTADO DA PARAIBA, E A EMPRESA: _____, TENDO POR OBJETIVO: **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS, LOGRADOUROS E PASSEIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO**, com Sede na Rua Alfredo Chaves, S/N, Centro –CEP: 58.250-000 - Lagoa de Dentro – Pb, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.071.622/0001-85, ora representada pelo Senhor CAMAF DOUGLAS DA SILVA MOREIRA, portador do CPF/MF n.º ***.***.***-**, residente e domiciliado à Rua. *****, nº *** - *****/ Lagoa de Dentro/PB e de outro lado, como CONTRATADO, e assim denominado no presente instrumento, o(a) Proponente: *****, com sede *****, nº ****, CIDADE: *****, CNPJ/*****. Representado(a) pelo senhor(a) *****, CPF *****, RG *****, tendo em vista o que consta no Processo nº 2026.02.017e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal Nº 099/2022, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é Aquisição parcelada de materiais de construção destinados à manutenção dos prédios, logradouros e passeios públicos Municipais, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
REPRESENTANTE:	
E-MAIL:	TEL.: ()

ITENS	DESCRIÇÃO/MODELO/MARCA/FABRICANTE	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

02.010 GABINETE DO PREFEITO – 04.122.1002.2002 Operacionalização do Serviço de Repres. Oficial –
02.020 SECRETARIA DE ADMINISTRCAO – 04.122.0021.2004 Operacionalização dos Serv. Adm. Gerais –
02.030 SECRETARIA DE FINANÇAS – 04.123.1004.2007 Manut das Ativ. da Secretaria de Finanças – 02.040
SECRETARIA DE EDUCACAO – 12.361.0403.2011 Manut das Ativ. do Ensino Fundamental; 12.361.0403.2013
Manutenção do FUNDEB 30%; 12.361.0403.2014 Transf. Salário Educação; 12.361.0403.2059 Manutenção
das ações de Fomento a Escola em Tempo Integral; 12.365.5000.5002 Manutenção das atividades do ensino
infantil – 02.060 SEC DE INFRA-ESTRUTURA, SERVTCO URB E RURAL – 04.122.0021.2018 Manut das
Atividades de Obras e Urbanismo – 02.080 SECRETARIA DE AGRICULTURA – 20.122 0021.2020 Coord. e
Manut das Ativ. da Secretaria de Agricultura – 02.110 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL –
08.122.0125.2044 Man Fundo Municipal de Assist. Social – 08.244.0125.2047 – Manut de Outros Programas
FNAS – 02.120 SECRETARIA DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – 08.243.0122.2045 Conselho
Tutelar – 02.100 FUNDO MUNICIPAL SAUDE DE LAGOA DE DENTRO – 10.301.0083.2031 – Manut do Fundo
Munic. de Saúde – 10 301 0083 2032 Mant. das Ativ. de Saúde - SUS/PAB.– 3.3.90.99 – Materiais de
Consumo.

5. CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

Recebimento

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para

emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

5.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.8.1. o prazo de validade;
- 5.8.2. a data da emissão;
- 5.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 5.8.5. o valor a pagar; e
- 5.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

5.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos seguintes cálculos:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = ***, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = ***$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

Forma de pagamento

5.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável em especial a IN/RFB n.º 1234/2012, alterada pela IN/RFB n.º 2145/2023 e alterações posteriores.

5.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ressalvado o caso previsto no art. 17, XII da Lei Complementar n.º 123/2006. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA—DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO.

6.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

6.1.1 Ultrapassado o prazo constante no subitem anterior, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.1.8. Eventuais repactuações e reequilíbrio do contrato, observarão o disposto na Lei Federal n.º

14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1 Os bens serão entregues de forma parcelada, de acordo com a necessidade da edibilidade, conforme solicitação prévia da Secretaria requisitante, em **até 05 (cinco) dias**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, devendo a entrega ser realizada no Município de Lagoa de Dentro-PB., diretamente no local destinado pela Secretaria requisitante.

9. CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1.1 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o termo de referência, na proposta comercial e no termo de contrato;

10.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021

10.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

10.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.13. Sempre que solicitado pela Administração o contratado deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.2.18. A Contratada obriga-se a efetuar a entrega do objeto licitado em perfeitas condições instalados/montados, no prazo e local indicado pela Administração;

10.2.19. O objeto licitado deve estar acompanhado, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da redação da assistência técnica autorizada.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) Multa:
 - d.1 Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte cinco) dias;
 - d.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - d.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
 - d.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.

d.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1,5% a 3% do valor do Contrato.

d.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,05% a 2% do valor do Contrato.

d.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato, ressalvada a situação prevista no item 11.2 “a”.

11.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1 Os critérios de sustentabilidade conforme disposição no Termo de Referência.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1 É VEDADO À CONTRATADA:

14.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.3 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS CASOS OMISSOS.

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1 É eleito o Foro da Comarca de JACARAÚ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., DE DE 2026.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA